

Doutrina

O PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM SINTONIA COM OS PRESSUPOSTOS DA ECONOMIA VERDE: um Paradigma para a Materialização do Direito à Cidade Sustentável

Dirceu Coutinho Gomes Neto, Letícia Rodrigues e Silva e Maria Helena Stabalito Rodrigues

O TRATAMENTO JURÍDICO DA ZONA COSTEIRA NO BRASIL

Lair da Silva Loureiro Filho

O CRIME AMBIENTAL SOB A PERSPECTIVA DO ACONTECIMENTO EM MARIANA/MG E O PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR

Kerton Nascimento e Costa e Vilmara Alves de Castro

DIREITOS FUNDAMENTAIS E ACESSO À ÁGUA POTÁVEL E AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Antonio Luiz Nunes Salgado e Juliana Janine Trovão Santos

A DEMORA NO PROCESSAMENTO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO COMO ESTÍMULO À INEFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

André Felipe Siuves Alves

Caderno de Direito do Patrimônio Cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO E CONFLITOS ARMADOS

Anny Viana Falcão e Talden Farias

Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça - **INVASÃO DE TERRAS PÚBLICAS. Art. 20 da Lei nº 4.947/66. Crime Permanente. Art. 111, III, do CP. Extinção da Punibilidade. Termo Inicial da Prescrição. Desocupação do Bem Público**

Rel. Min. Sebastião Reis Júnior

Superior Tribunal de Justiça - **DENÚNCIA. Crime Ambiental. Gerentes da Empresa Teriam Deixado de Evitar Dano Ambiental em APP. Inépcia da Denúncia e Falta de Justa Causa Não Demonstradas. Trancamento da Ação Penal. Impossibilidade**

Rel^a Min^a Maria Thereza de Assis Moura

Tribunal Regional Federal da 2ª Região - **SEQUESTRO DE BENS. Produto de Crime. Imóvel Adquirido Após o Início das Fraudes. Impossibilidade. Bem de Família. Aplicabilidade do Art. 3º, VI, da Lei nº 8.009/90**

Rel. Des. Fed. Marcello Granado

Tribunal Regional Federal da 5ª Região - REINTEGRAÇÃO DE POSSE. Imóvel Construído em Praia. Demolição. Cadastro em Órgão da União. Ocupação Particular. Bem de Uso Comum do Povo. Impossibilidade

Rel. Des. Fed. Conv. Ivan Lira de Carvalho

Tribunal de Justiça do Distrito Federal - INTERDITO PROIBITÓRIO. Suspensão do Processo. Indeferimento. Área Pública. Ocupação de Boa-Fé. Imóvel em Processo de Regularização. Atos Demolitórios. Abusividade

Rel. Des. Sérgio Rocha

Tribunal de Justiça de Minas Gerais - DESAPROPRIAÇÃO. Indenização. Valor Aquilatado Levando em Consideração Potencial Loteamento. Impossibilidade. Art. 42 da Lei nº 6.766/79. Necessidade de Elaboração de Novo Laudo Pericial

Rel. Des. Corrêa Junior

Tribunal de Justiça de São Paulo - ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. Venda e Compra Firmada Apenas em Nome da Falecida Isaltina, Esposa de Laerte, que o Firmou como Inventariante. Não Consta o Nome de Laerte como Vendedor, mas Apenas o do Espólio. Procedência da Ação

Rel. Des. Maia da Cunha

[Sinopse Legislativa](#)